



Acórdãos

RMS 27668 AgR / DF - DISTRITO FEDERAL
AG.REG. NO RECURSO ORD. EM MANDADO DE SEGURANÇA
Relator(a): Min. ROBERTO BARROSO
Julgamento: 23/02/2016 Órgão Julgador: Primeira Turma

Publicação

ACÓRDÃO ELETRÔNICO
DJe-047 DIVULG 11-03-2016 PUBLIC 14-03-2016

Parte(s)

AGTE.(S) : MARIA HELENA RIBEIRO
ADV.(A/S) : FERNÃO JUSTEN DE OLIVEIRA E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : UNIÃO
ADV.(A/S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

Ementa

Ementa: DIREITO ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. ALEGAÇÕES DE OFENSA ÀS GARANTIAS DA AMPLA DEFESA E DO JUIZ NATURAL. 1. Segundo a jurisprudência do STF, não se exige descrição pormenorizada das irregularidades em apuração na portaria de instauração de processo administrativo. 2. A Lei nº 8.112/1990 não prevê a necessidade de comissão permanente para apurar supostas infrações disciplinares praticadas por servidor público federal (art. 149). 3. Agravo regimental a que se nega provimento.

Decisão

Após o voto do Senhor Ministro Roberto Barroso, Relator, que negava provimento ao agravo regimental, pediu vista dos autos o Senhor Ministro Marco Aurélio. Presidência da Senhora Ministra Rosa Weber. 1ª Turma, 15.12.2015.

Decisão: A Turma negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Relator. Unânime. Presidência do Senhor Ministro Luís Roberto Barroso. 1ª Turma, 23.2.2016.

Indexação

- CONCENTRAÇÃO, DEFESA, INDICIADO, FATO IMPUTADO. AUSÊNCIA, CONCENTRAÇÃO, DEFESA, INDICIADO, DEFINIÇÃO JURÍDICA, FATO IMPUTADO. DESCARACTERIZAÇÃO, OFENSA, PRINCÍPIO DO JUIZ NATURAL, DESIGNAÇÃO, COMISSÃO DISCIPLINAR, MOMENTO POSTERIOR, OCORRÊNCIA, FATO.

Legislação

LEG-FED CF ANO-1988
ART-00005 INC-00053
CF-1988 CONSTITUIÇÃO FEDERAL
LEG-FED LEI-004878 ANO-1965
ART-00053 PAR-00002
LEI ORDINÁRIA
LEG-FED LEI-008112 ANO-1990
ART-00149
RJU-1990 REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS DA
UNIÃO, DAS AUTARQUIAS E DAS FUNDAÇÕES PÚBLICAS FEDERAIS

Observação

- Acórdão(s) citado(s):
(DESCRIÇÃO, IRREGULARIDADE, PORTARIA, INSTAURAÇÃO, PROCESSO ADMINISTRATIVO)
MS 23490 (TP), RMS 25105 (2ªT), RMS 32034 (2ªT).
(DEFESA, INDICIADO, FATO IMPUTADO, DEFINIÇÃO JURÍDICA)
HC 95245 (2ªT), HC 119264 (1ªT).

(DESIGNAÇÃO, COMISSÃO DISCIPLINAR, MOMENTO POSTERIOR, FATO, PRINCÍPIO DO JUIZ
NATURAL)

RMS 31207 (1ªT).

Número de páginas: 13.

Análise: 30/03/2016, AMA.

fim do documento